
Maria Izabel B. Morais Oliveira¹

**BOSSUET:
PODER DIVINO E PODER POLÍTICO**

RESUMO: Em busca de frear a política expansionista de Luís XIV, cujas conseqüências representam uma séria ameaça ao absolutismo francês, no livro nono da Politique, Bossuet tenta mostrar ao monarca que os príncipes ambiciosos e conquistadores são severamente castigados por Deus. Bossuet constrói a imagem de um príncipe humilde que repudia a glória como o modelo ideal a ser seguido pelos príncipes cristãos. Em seu entendimento, seguindo este modelo ideal, o príncipe teria o seu poder fortalecido.

PALAVRAS-CHAVE: Bossuet; Humildade; Poder político; Absolutismo.

ABSTRACT: In search to brake the expansionist politics of Luis XIV, whose consequences represent a serious threat to the French absolutism, in the book nineth of the Politique, Bossuet tries to show to the monarch who the ambitious and conquering princes severely are punished by God. Bossuet constructs the image of a humble prince who repudiates the glory as the ideal model to be followed by the Christian princes. In its agreement, following this ideal model the prince would have its fortified power.

KEYWORDS: Bossuet; Humble; Power political; Absolutism.

Data de recebimento: 11/04/07. Data de aceite para publicação: 17/05/07.

¹ Mestre em História Social pela Universidade Federal Fluminense. Aluna do Curso de Doutorado em História Cultural na Universidade de Brasília.

1. INTRODUÇÃO

Neste artigo, abordaremos a luta de Bossuet para salvar o absolutismo francês, num período em que este se encontrava seriamente ameaçado em decorrência da política expansionista de Luís XIV. Bossuet chama a atenção do rei para os castigos enviados por Deus aos príncipes ambiciosos que empreendem guerras de conquista buscando aumentar a sua glória, ao mesmo tempo em que lhe apresenta a imagem de um príncipe humilde a ser seguida por ele para assim aumentar o seu poder. Objetivando compreender melhor as especificidades do pensamento teológico-político de Bossuet a este respeito, faremos uma comparação com Luís XIV, que também refletiu sobre este assunto, em suas Memórias.

2. BOSSUET CONTRA A ARROGÂNCIA DE LUÍS XIV

No final do século XVII, a política belicosa de Luís XIV estava despertando críticas internas e externas, colocando em risco o absolutismo na França. Diante disso, no livro nono da *Politique*, concebido em 1701, Bossuet (1627-1704) esforça-se para mostrar ao rei o quanto as guerras de conquista são prejudiciais ao seu poder.

Conforme afirma Bossuet, no livro nono da *Politique*, um dos traços de um conquistador injusto e ambicioso “traçado pelo Santo Espírito” é acreditar que todos os governos devem subjugar-se a ele após ter subjogado um inimigo poderoso. Ele passa a oprimir todos os povos e fica irritado se algum deles se recusa ao seu jugo, acreditando ter um direito legítimo sobre todos. Devido ao fato de ser “o mais forte, ele não se olha como agressor: e ele chama defesa o desejo de invadir as terras dos povos livres, como se fosse uma rebelião o desejo de conservar a sua liberdade contra a sua ambição. Fala somente de vingança: e as guerras que ele empreende só lhe parecem uma justa punição aos rebeldes.” Deseja que todos se submetam ao seu império.² Bossuet recorre ao Livro de Judite, utilizando-se do exemplo de Nabucodonosor como o modelo de conquistador ambicioso.³

² BOSSUET, Jacques-Bénigne. *Politique tirée des propres paroles de l'Écriture Sainte*. Genève: Droz, 1967, p. 324-325.

³ *Idem. Ibidem.*

Bossuet está se referindo ao fato de que, após a França ter vencido a Espanha até então considerada a maior potência européia, na Batalha de Rocroi em 1643, e após o tratado de paz dos Pireneus assinado entre esses dois países em 1659, a França firmou-se em sua preeminência e Luís XIV se formou árbitro da Europa. Excessivamente confiante, por ter um exército mais potente, Luís XIV invade os Países Baixos na Guerra da Devolução (1667-68) e, depois, na Guerra da Holanda (1672-78), como também toma Estrasburgo anexando-a ao território francês em 1681; e ataca o Palatinado em 1688 para reivindicar um território a que seu irmão teria direito, por ser cunhado do Eleitor falecido. Em todos esses empreendimentos de conquista, Luís XIV sempre buscou mostrar aos franceses que seu objetivo consistia simplesmente em defender as fronteiras do reino contra futuros ataques dos inimigos, sobretudo do Imperador Leopoldo I. Além disso, Luís XIV tomava o cuidado de justificar todas as suas conquistas mediante tratados que as legitimavam.

De fato, para manter sua preponderância na Europa, Luís XIV não negligenciou o poder da propaganda. Os secretários dos assuntos estrangeiros eram encarregados desta tarefa. A propaganda era sempre retomada nos momentos em que os secretários consideravam-na necessária. Eles ordenavam a publicação de tratados, expondo e defendendo a política exterior do Grande Rei, como o tratado dos direitos da rainha Maria Tereza, sua esposa, quando da Guerra da Devolução; os protestos contra os panfletos holandeses no momento da invasão da Holanda; e as legitimações de empreendimentos à mão armada no dia posterior à revogação do Edito de Nantes. Esses tratados franceses revelam a preocupação do monarca com a opinião estrangeira e francesa como também a repercussão dos panfletos holandeses contestando as ações de Luís XIV e de seus representantes. Esses tratados também revelam a auto-satisfação do Grande Rei e do modo com que ele buscava se impor a toda a Europa.

Apoiado nos tratados de Vestfália e dos Pireneus que lhe serviam de alicerce sólidos ele alimentava e repetia aos franceses a idéia de que nenhum poder do mundo poderia se igualar ao do monarca francês, idéia esta que era repetida por seus representantes. Luís XIV passou toda a sua vida reivindicando este inegável prestígio da realeza francesa.

⁴ Cf. MANDROU, Robert. *La France aux XVII et XVIII siècles*. Paris: Presses Universitaires de France, 1970, pp. 239-240.

⁵ BOSSUET, 1967, op. cit., p. 326.

Ele jamais aceitou nem reconheceu que outro rei ou o imperador tivesse um poder igual ao seu.⁴

Levando em conta as palavras de Bossuet, é possível perceber que a estratégia utilizada por Luís XIV, a elaboração de engenhosos tratados para justificar suas conquistas, não surtia tanto efeito assim. Se a maioria dos franceses acreditava nela, havia exceções, como é o caso de Bossuet, por exemplo. Os estrangeiros interpretavam-na como uma invasão arbitrária, uma tentativa de domínio universal.

No livro nono da *Politique*, Bossuet recorre aos profetas Daniel, Isaías e Jeremias para advertir que, “quando Deus parece conceder tudo aos reis conquistadores, Ele lhes prepara um castigo rigoroso”.⁵ De acordo com Bossuet, o Senhor dá grandes quantidades de terras e mares a esses reis, mas Ele não as dá para que eles sejam possuidores legítimos: “Por um secreto julgamento Ele os abandona em sua ambição para ocupá-los e invadi-los”. Assim, tais reis não deixam que “nada escape de suas mãos” e acabam com toda a liberdade existente. Porém, “o retorno é terrível”, eles serão castigados pela justiça divina, já que o “Seu julgamento alcança até aos céus e tem perfurado as nuvens.” Da mesma forma que destroem o resto do mundo serão destruídos também: “O martelo que quebrou as nações do universo quebra ele mesmo”. Novamente, o rei Nabucodonosor é mostrado por Bossuet como um tipo de conquistador ambicioso.⁶

Desde a Guerra da Devolução até no decorrer da Guerra da Liga de Augsburg (1688-97), Luís XIV conquistou vários territórios. Diante da situação de extrema miséria em que grande parte dos franceses se encontrava durante a Guerra da Liga de Augsburg, ele somente conseguiu fundá-la mediante inúmeras concessões, dentre as quais teve de abrir mão de grande parte dos territórios conquistados durante esta guerra. Tanto os franceses como os estrangeiros interpretaram as concessões territoriais do Grande Rei como uma humilhação.

De fato, apesar de não ter sido derrotado na Guerra da Liga de Augsburg, Luís XIV saiu dela profundamente humilhado. Porém, a maior concessão, que deve ter sido ainda mais humilhante para um monarca que acreditava na sucessão hereditária inerente ao direito divino dos reis, foi ter de reconhecer o seu arquiinimigo protestante e usurpador do trono inglês, Guilherme de Orange, como rei da Inglaterra “e prometer de não mais sustentar, mesmo secretamente, o rei Jaime Stuart exilado nele e seu partido ‘jacobita’”. Conforme observa Pierre

⁶ *Idem*, p. 326-327.

⁷ GOUBERT, Pierre. *Louis XIV et vingt millions de français*. França: Pluried, 1970, p. 245.

Goubert, “Um tal conjunto de concessões, tão sensíveis ao orgulho real, ninguém poderia imaginar que se as fizesse um dia, quando as tropas de Louvois, nove anos mais cedo, invadiram tudo. Por um reino que não havia sido vencido, que havia feito a guerra fora de suas fronteiras, a punição parece mesmo bastante exagerada”.⁷

Estas concessões de Luís XIV foram reprovadas pela maioria dos franceses. Vários textos foram concebidos para censurar sua atitude. Se até a Guerra da Holanda ele contava com o apoio da opinião pública, não podemos dizer o mesmo no decorrer da Guerra da Liga de Augsburg, após a Grande Fome de 1693-94, e, sobretudo, depois das concessões feitas por ele para finalizar esta guerra.

Na concepção de Bossuet, Luís XIV só conseguiu empreender tais conquistas porque Deus o permitiu e ter de abrir mão das conquistas realizadas no decorrer da Guerra da Liga de Augsburg foi um castigo de Deus para humilhá-lo. Para Bossuet, Deus é o verdadeiro rei que governa o céu e a Terra. Sendo assim, os reis são apenas lugares-tenentes, ministros de Deus no mundo dos homens. Deus transmite o Seu poder aos reis para que eles governem em Seu nome. Em troca, os reis devem submeter-se a Ele, agir segundo os Seus preceitos, as Suas leis. Do contrário, receberão os castigos de Deus que lhes tira o poder, castigando-os, mostrando-lhes que são fracos e que sem Ele nada podem. Nas palavras de Bossuet, está embutida a idéia de que é Deus quem dá e tira os impérios.

O providencialismo, uma idéia muito antiga, de um Deus que dirige a história dos homens, aparece com toda a sua força no pensamento político de Bossuet. Em sua concepção é Deus quem dirige a política aqui na Terra. Aos reis cabe somente fazer a Sua vontade; qualquer deslize acarreta graves conseqüências. Deus, ao ver Suas leis violadas, lança os piores castigos aos reis e aos seus respectivos reinos. Na concepção de Bossuet, os reis são os responsáveis por fazer com que reine a ordem no mundo, recaindo sobre eles os mais cruéis castigos mandados por Deus, nos momentos em que deixam de lado a sua missão. A concepção providencialista, no século XVII, tem como desdobramento a noção, muito recorrente já na Idade Média, de uma soberania verticalizada. No entendimento de Bossuet, o príncipe que age de acordo com os preceitos cristãos estabelece uma soberania vertical, atuando como uma espécie de elo de ligação entre Deus e os homens; agindo corretamente, os reis atrairão a graça de Deus não

⁸ DUSSAULT. “Jugements sur Bossuet”. In: *Oraisons funèbres de Bossuet*. Paris: Librairie de Firmin Didot Frère, 1874, p. 27.

⁹ TOUCHARD, Jean. *História das idéias políticas*. Vol. 3. Lisboa: Publicações Europa-América, 1970, p. 131.

somente para eles, mas, sobretudo, para os seus súditos. De fato, segundo constata Dussault, na concepção de Bossuet, “Deus está sempre em ação, e os homens são apenas os executores de seus decretos”.⁸ Conforme Touchard, na visão de Bossuet, “a história é uma espécie de drama divino, o pensamento de Deus a realizar-se na Terra; as revoluções são ‘destinadas a humilhar os príncipes’”.⁹ Assim como A cidade de Deus de Santo Agostinho, na *Politique*, Bossuet demonstra que a história é obra da Providência divina.

Bossuet adverte que os príncipes ambiciosos e conquistadores serão terrivelmente castigados por Deus. Por meio do profeta Isaías, Bossuet mostra que os reis conquistadores que provocam a queda de várias nações consideram-se superiores, desejando assemelhar-se a Deus, perturbam a Terra, abalam reinos, isolam cidades inteiras, “são mortos na glória” e arrancados da Terra “sem deixar posteridade”. A sua morte representará a alegria e alívio dos reis e príncipes que serão elevados. Esses reis que perturbavam a Terra terão seu orgulho precipitado nas profundezas do inferno e todos zombarão deles.¹⁰

A Bíblia mostra que os reis violentos serão terrivelmente castigados por Deus. Os reis sanguinários, perturbadores da paz no mundo, perecerão, não viverão a metade de seus dias. Neste sentido, Bossuet está procurando mostrar a Luís XIV os castigos que poderão recair sobre ele se continuar insistindo em sua política belicosa.

Apoiado no Evangelho de São Mateus, Bossuet cita as palavras de Jesus Cristo para defender seus argumentos: “Duas palavras do Filho de Deus, que humilham a falsa glória, e apaga o amor da conquista”. Segundo Bossuet, “Não há nada sobre essas expressões, que não a simplicidade dessas duas palavras do filho de Deus: ‘que serve ao homem conquistar o mundo, se ele perde sua alma? E o que se dá em troca por sua alma?’” O objetivo de Bossuet, ao recorrer a estes versículos da Sagrada Escritura, mostrando ao rei que desta maneira ele não conseguiria a salvação de sua alma, era o de combater o seu maior vício: o desejo de glória. Segundo Le Brun, este era “um versículo que Bossuet comentava já ao escrever a Luís XIV em maio de 1675 e em exortá-lo a se converter (...); mas os conselhos de M. de Condon eram então puramente morais: ele só tratava da vida privada

¹⁰ Cf. BOSSUET, 1967, op. cit., p. 331-332.

¹¹ LE BRUN, Jacques. “Introduction”. In: BOSSUET, Jacques-Bénigne. *Politique tirée des propres paroles de l’Ecriture Sainte*. Genève: Librairie Droz, 1967, p. 332.

¹² Cf. BOSSUET. “Lettre au maréchal de Bellefonds”. In: TRUCHET, Jacques (Org.). *Politique de Bossuet*. Paris, Armand Colin, 1966. (Collection U), pp. 289-290.

¹³ Cf. BOSSUET, 1967, op. cit., p. 332-333.

do rei”.¹¹ Em sua *Lettre au maréchal de Bellefonds*, escrita em 1672, no momento em que Luís XIV iniciara a guerra contra a Holanda, Bossuet agradeceu a Deus por não ter permitido que o marechal de Bellefonds, seu amigo e confidente, fosse tentado pela falsa glória.¹² Na verdade, a real preocupação de Bossuet era com os riscos que Luís XIV estava correndo por estar se deixando tentar por este grande vício. No livro nono da *Politique*, para aniquilar a falsa glória, Bossuet recorre ao Evangelho de São Mateus e à Cidade de Deus de Santo Agostinho para mostrar aos reis que, como seus projetos são vãos, assim também o é a recompensa recebida por eles.¹³

Na *Oraison Funèbre* de Louis de Bourbon, prince de Condé, pronunciada em 1687, Bossuet recorre a Santo Agostinho para demonstrar que de nada valem as glórias do mundo. Ele toma então Alexandre como o exemplo de conquistador que se deixava guiar por esse sentimento.¹⁴ Percebe-se a crítica de Bossuet aos meios materiais utilizados por Luís XIV para celebrar a sua glória. No *Ancien Regime*, as vitórias guerreiras eram celebradas com fogos de artifícios, luminárias em edifícios e até mesmo em cidades inteiras, poemas laudatórios, cânticos de ação de graças e repicar dos sinos das igrejas.

Os governantes recorriam também a meios mais duradouros, como arcos de triunfo, edifícios comemorativos, monumentos, exposição de armas imperiais, despojos de canhões, medalhas comemorativas, quadros, tapeçarias e gravuras retratando cenas de batalhas.¹⁵ Para comemorar suas vitórias, Luís XIV ordenou que se construísse em Versalhes obeliscos com inscrições no estilo dos clássicos.¹⁶ Os principais eventos e conquistas da Guerra da Devolução foram celebrados em medalhas, tapeçarias, pinturas, sonetos, poemas e histórias do reinado.¹⁷ Na Guerra da Holanda, ‘a famosa travessia do Reno’ feita por Luís XIV, em 1672, foi um evento real mitificado, representado sucessivamente por diferentes meios de comunicação: foi celebrado em jornais, produzida em versos, em pinturas, em esculturas e medalhas.¹⁸ Durante esta guerra, cada conquista era celebrada com a ordenação do cântico do Te Deum. Ao final, em 1678,

¹⁴ Cf. BOSSUET, Jacques-Bénigne. “Oraison funèbre de Louis de Bourbon, Prince de Condé”. In: ---. **Oraisons funèbres**. Paris: Librairie de Firmin Didot Frère, Fils et Cie, 1874, p. 260-261.

¹⁵ HATTON, Ragnhild. *A época de Luís XIV*. Lisboa: Editorial Verbo, 1971, p. 139.

¹⁶ *Idem*, p. 149.

¹⁷ BURKE, Peter. *A fabricação do rei: a construção da imagem pública de Luís XIV*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1994, p. 84-87.

¹⁸ *Idem*, pp. 22; 88-89.

as conquistas da guerra foram celebradas ao toque de tambores e trombetas, queima de fogos de artifício, salva de canhões e a entoação do cântico do Te Deum em Paris e nas cidades das províncias. Somente em Paris, este cântico foi entoado por cinco vezes.¹⁹ Durante a Guerra da Liga de Augsburgo, apesar da crise financeira pela qual o Estado estava passando para bancá-la, os fatos mais importantes foram celebrados em verso, prosa e uma história do reinado, assim como por meio de pinturas, tapeçarias e medalhas. Ao todo foram cunhadas 45 medalhas para narrar as batalhas e celebrar os territórios conquistados.²⁰ No início de seu reinado pessoal, o Grande Rei mandou construir a suntuosa Praça das Vitórias para celebrar as suas vitórias guerreiras. Várias estátuas eqüestres de Luís XIV vestido como Alexandre foram instaladas na Praça das Vitórias e na Praça Vendôme em Paris, como também nas cidades das províncias. Na concepção de Bossuet as coisas mundanas eram perecíveis, não tinham valor algum diante de Deus. A única coisa que contava para Bossuet era o espiritual, a obtenção da salvação da alma. Os reis somente a alcançariam resistindo às tentações deste mundo, no caso de Luís XIV, ao seu amor desmedido pela glória.

Bossuet não apresenta os problemas políticos como individuais, mas em termos de salvação. As condições de salvação para ele passam pela religião e pela moral como também pelo cumprimento dos deveres de estado. Bossuet determina os deveres de cada estado como também as tentações e perigos próprios a cada um deles. Na questão social, ele analisa as condições de salvação para os ricos e para os pobres. No caso dos reis, Bossuet mostra que, apesar das pesadas responsabilidades e das perigosas tentações que os rondam, há meios que lhes são oferecidos para alcançar a salvação. Isto não significa que o seu pensamento político necessita de vigor.²¹ Conforme constata Truchet, “o exame das condições de salvação para os ricos e para os pobres o conduz a promover uma luta enérgica contra a miséria, enquanto o das condições de salvação para um rei desemboca sobre uma série de tomadas de posições relativas a problemas de governo. A política como tal não é negligenciada, mas ela permanece subordinada a fins religiosos”.²²

¹⁹ *Idem*, p. 88-97.

²⁰ *Idem*, p. 122-127.

²¹ Cf. TRUCHET, Jacques (Org.). *Politique de Bossuet*. Paris, Armand Colin, 1966. (Collection U), pp. 32-33.

²² *Idem*, p. 33.

²³ Cf. BOSSUET, 1874, op. cit., p. 243-260.

3. O PRÍNCIPE DEVE SER HUMILDE

Uma virtude que se constitui em um valor moral recomendado por Bossuet aos reis cristãos é a humildade. Na Oraison Funèbre de Louis de Bourbon, Bossuet alerta que os reis não podem se deixar tentar pelas glórias que o mundo lhes oferece. Eles devem ser humildes diante das grandezas do mundo, jamais podem exaltar os seus feitos e glórias.²³

Aqui, Bossuet está censurando as salvas de canhões, queimas de fogos de artifício, toque de tambores e trombetas, enfim, todas as festividades promovidas por Luís XIV após ter alcançado a vitória em suas guerras de conquista. Bossuet está buscando lhe mostrar que para salvar a sua alma ele deve renunciar a todas essas expressões de louvores que demonstram a sua grandiosidade. Segundo Truchet, Bossuet diz que o rei deve esforçar-se para ser humilde e “desconfiar constantemente das tentações de orgulho que sua grandeza e as bajulações de seu entorno não faltam de lhe inspirar. Essas tentações e seus remédios foram um dos maiores temas da pregação de Bossuet na corte, assim como na *Politique*: os reis somente se salvarão, e com eles seus povos se eles tiverem por sua vez o justo sentimento da sua grandeza e de lhes negar”.²⁴

Conforme observa Luís XIV (1638-1715), nas Memórias, as diversões públicas têm imensa importância política. Além de criar um vínculo de familiaridade com os súditos, levando-os a amar e a se submeter de boa vontade ao seu rei, servem também para mostrar aos estrangeiros a riqueza e grandiosidade do reino, enfim o poder daquele que o rege, levando-os assim a respeitá-lo mais ainda.²⁵ Isto explica as festividades promovidas por Luís XIV para celebrar as suas conquistas, mesmo quando a maioria dos seus súditos se encontrava em extrema miséria.

No livro nono da *Politique*, ancorado no Livro de Judite e nos profetas Ezequiel e Daniel, Bossuet afirma que um dos traços dos conquistadores ambiciosos é atribuir seus impérios e suas vitórias a si mesmo, sem reconhecer que foi Deus quem os ajudou.²⁶ A este respeito, em *Elévations sur les Mystères*, diz Bossuet que “o demônio inquieta as paixões e as ambições dos homens dando fundamento a maior parte das conquistas e dos impérios que foram produzidos. Não é

²⁴ Cf. TRUCHET, op. cit., p. 43.

²⁵ Cf. LUÍS XIV, 1976, op. cit., p. 54-56.

²⁶ Cf. BOSSUET, 1967, op. cit., p. 326.

²⁷ *Apud* LE BRUN. In: BOSSUET, 1967, op. cit., p. 331.

verdade, entretanto, que ele dá os impérios, porque as violentas paixões dos homens só têm o efeito que Deus quer e que é ele quem dá a vitória”.²⁷

A intenção de Bossuet, ao afirmar que os reis têm que ser humildes mesmo após terem alcançado a glória na defesa de seu reino, é a de mostrar que esta glória só foi alcançada pelos reis por terem recebido a ajuda de Deus. Sem esta ajuda, jamais teriam vencido. Sendo assim, não podem exaltar a si mesmos, pois foi Deus quem lutou por eles. Na concepção de Bossuet, a própria força e coragem são transmitidas por Deus aos reis nos campos de batalha; entregues a si mesmos eles nada são e nada podem.

Luís XIV também acreditava que os seus exércitos somente alcançavam a vitória devido à ajuda de Deus. Em sua carta a M. de La Haye, ele diz: “a glória de todas estas vitórias, com que Deus se compraz em favorecer a justiça dos meus exércitos”.²⁸ Contudo, ele se esquecia disso no momento em que celebrava as suas vitórias. Fato curioso: todas as vitórias conquistadas pelos generais de Luís XIV eram atribuídas a ele.

A humildade também é uma virtude valorizada por Luís XIV, em suas *Memórias*. Segundo ele, o posto de rei por si só já serve para mostrar que são superiores aos demais, mas que devem ser humildes. Para ele, somente podem se mostrar humildes os que são grandes e que podem vir a se envaidecer com isto. No entendimento do monarca, este é um vício do qual têm que tomar todo o cuidado para evitá-lo.²⁹

Certamente, Bossuet defende a humildade dos reis com muito mais intensidade que Luís XIV. Este, mesmo dizendo ao filho que os reis devem ser humildes, não esconde, em seus argumentos, a grandeza e o valor que os monarcas possuem perante os demais. De acordo com Pierre Verlet, “o rancor e o orgulho têm a reputação de ter sido as principais atividades da conduta de Luís XIV. Conhece-se seus rancores acumulados depois da Fronça”.³⁰ A natureza de seu orgulho aparecia em seu desejo de glória. Aliás, o desejo de glória era um sentimento que se fazia constante em Luís XIV. Segundo demonstra Louis Bertrand, no primeiro dia após a morte de Mazarino, “Luís XIV

²⁸ LUÍS XIV. “Carta a M. de La Haye”. In:---. *Memórias*. A arte de governar. Lisboa: Iniciativas Editoriais, 1976, p. 101.

²⁹ Cf. LUÍS XIV, 1976, op. cit., p. 36.

³⁰ Cf. VERLET. “Louis XIV”. In: ---. *Versailles*. Paris: Arthème Fayard, 1961. (Collection les Grands Études Historiques), p. 132.

³¹ BERTRAND, Louis. *Louis XIV*. Paris: Arthème Fayard, 1950, p. 281.

teve completa visão do que era, em seu tempo, um rei da França, da extensão de sua autoridade, do campo imenso e magnífico que se abria ao seu espírito de glória”. Neste momento, ele “sentiu como um acréscimo de todo o seu ser, uma exaltação indizível de sua vontade de poder”.³¹ Devemos levar em conta que Bossuet e Luís XIV ocupavam postos diferentes. Enquanto teólogo, é claro que Bossuet valorizava mais as virtudes religiosas do que Luís XIV, que segurava as rédeas do poder pessoalmente. Sabemos que há uma grande diferença entre pensar a política e colocá-la em prática.

A glória que Luís XIV tanto almejava estava vinculada à imagem de herói que se cultivava. Este sentimento inseria-se em um momento de inquietude, de incertezas, próprio do Barroco. Segundo Corvisier, “os historiadores reconhecem hoje que o barroco não é, especificamente, a arte da Contra-Reforma. É a revolta da sensibilidade e da espontaneidade contra as regras. (...) O barroco é capaz de exprimir, simultaneamente, o eu desmedido ou contraditório e os impulsos desordenados do subconsciente”.³² Conforme percebe Mousnier, em uma sociedade aristocrática como a França do século XVII, a glória era extremamente valorizada. Ao herói cabia enfrentar todos os obstáculos para alcançá-la. Devia sacrificar todas as paixões que se opunham a ela. No século XVII, a moral do herói vai além do ideal dos renascentistas e do ideal nobre, cavalheiresco. Nesse período, o que é mais valorizado é o orgulho por ter alcançado o poder.³³

Bossuet sempre se mostrou um crítico severo aos reis que faziam a guerra para satisfazer o seu desejo de glória e de conquista. Esta crítica aparece em vários de seus escritos. Não podemos nos esquecer que a maior preocupação de Bossuet era com Luís XIV, pois ele sabia que a glória e a conquista eram vícios que rondavam sobre o Rei Sol. Conforme percebe Le Brun, “de longa data Bossuet tinha criticado o amor da glória e das conquistas: desde 1672 ele confessava ao marechal Bellefonds seus temores de que Luís XIV fosse atordoado pelo ‘barulho dos elogios’”.³⁴

Ao considerar a glória um vício, a qual era encarada por seus contemporâneos como uma das maiores virtudes a serem almeçadas pelos príncipes, Bossuet está se mostrando um teórico que, para

³² CORVISIER, André. *História moderna*. Rio de Janeiro: Difel, 1976, p. 133.

³³ MOUSNIER, Roland. *Os séculos XVI e XVII*. São Paulo: Difel, 1973, pp. 210-211.

³⁴ LE BRUN. In: BOSSUET, 1967, op. cit., p. 331.

³⁵ *Idem*, p. XXX.

alcançar seus objetivos, luta até mesmo contra as idéias de seu tempo. Isto não causa estranheza, pois sabemos o quanto ele era defensor das tradições. Bossuet refuta o ideal de poder e de grandeza e defende o ideal de moderação. Critica os reis que se deixam levar pela paixão e pelas vertigens do poder. Por meio do enaltecimento da monarquia absolutista e da sua constante preocupação com a consciência moral do soberano, segundo Le Brun, Bossuet “espera escapar do duplo perigo do maquiavelino real e de uma política de liberdade”.³⁵

No livro décimo da *Politique*, Bossuet recorre aos evangelhos de São Mateus e de São Lucas para mostrar que os reis devem se esquecer de sua grandeza e se mostrarem humildes diante de Deus. Os reis devem seguir o exemplo de Jesus Cristo que, quando viveu na Terra, tinha tudo para engrandecer-se, mas preferiu viver humildemente para deixar o exemplo para a posteridade.³⁶

Na concepção cristã, os reis devem seguir os exemplos de Cristo para assim estabelecer o Seu reino na Terra. Como observa Alain Guéry, para “os cristãos, o papel daquele que governa continua sendo a manutenção, ou estabelecimento lá onde ele não existe, do reino do Cristo sobre a Terra, por uma política e uma legislação conforme os mandamentos e os exemplos que Ele deu”.³⁷ Segundo a concepção cristã, a humildade era uma das virtudes a serem cultivadas pelos príncipes cristãos. No século XVI, esta virtude, como todas as virtudes religiosas, foi repudiada por Maquiavel. A glória do príncipe, na época da Renascença, tinha sido extremamente valorizada e defendida por ele, em todas as obras em que trata do poder dos governantes. Em contraposição, o Bispo de Meaux defende a humildade, sendo este um meio utilizado pelo predicador para refutar as idéias do autor florentino. Afinal, o príncipe de Bossuet devia diferenciar-se de um déspota ao estilo oriental, de um tirano descrito por Aristóteles e mais tarde por São Tomás de Aquino e do “príncipe novo” apresentado por Maquiavel em *O príncipe*, como também em *A arte da guerra e em A vida de Castruccio Castracani*.³⁸

³⁶ Cf. BOSSUET, 1967, op. cit., pp. 446-447.

³⁷ GUÉRY, Alain. “Le roi est Dieu. Le roi et Dieu”. In: BULST, Neithard; DESCIMON, Robert; GUERREAU, Alain. (Orgs.). ***L’État ou le Roi: Les fondations de la modernité monarchique en France (XIV-XVII siècles)***. Paris: Éditions de la Maison des Sciences de l’Homme, 1991, p. 28.

³⁸ Cf. CHEVALLIER, Jean-Jacques. *História do pensamento político. Tomo 1. Da cidade-Estado ao apogeu do Estado-nação monárquico*. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1982, p. 382.

³⁹ *Idem*, p. 383.

⁴⁰ Cf. BOSSUET, 1967, op. cit., p. 114.

Na França do século XVII, o príncipe tinha o seu poder limitado por freios morais. Bossuet, como outros pregadores, lembrava-lhe sempre que, por mais divino que fosse o seu poder, este o deixava fraco, pecador e mortal, pois suas responsabilidades diante de Deus se tornavam maiores que as de seus súditos.³⁹ Uma das características da autoridade real, defendida por Bossuet, era de que ela era submissa à razão. Ao afirmar isto, Bossuet estava advertindo ao príncipe que ele devia agir com razão e inteligência e jamais agir segundo seus impulsos e caprichos.⁴⁰ Neste sentido, o papel da razão era discipliná-lo. Conforme observa Chevallier, “A razão do século, ordenadora, mediadora, senhora das paixões, razão disciplina (...). É ela o apanágio do príncipe legítimo, que não poderia proceder por capricho nem obedecer a impulsos desregrados. Razão tão sábia, tão equilibradora, na medida em que sabe, em certas ocasiões imprevisíveis, apagar-se”.⁴¹

Na *Politique*, Bossuet cita abundantemente os textos bíblicos. Neste aspecto, ele foi muito influenciado por Grócio, haja vista que este autor também citava grande parte dos textos bíblicos em suas obras.⁴² A tradição cristã foi a maior influência da cultura de Bossuet. Quando diz o Santo Espírito, ele está se referindo à Escritura. A maior originalidade de sua cultura cristã foi a constante referência à Bíblia, pois os católicos a liam muito pouco nesta época.⁴³ Recordemos que ele a descobriu no gabinete de seu pai; foi incentivado a nutrir-se dela por Nicolas Cornet, seu professor na época em que fez teologia no Colégio de Navarra, e, assim, meditou-a pelo resto de sua vida.

Bossuet fundamenta a *Politique* na Sagrada Escritura devido a considerar o que n’Ela está contido como a mais pura expressão da verdade. Conforme afirmava Gustave Lanson, a este respeito, “Se ele encontrou na Escritura justamente seu sistema, e não em outro, não é porque ela o contém antes que um outro; mas era aquele que ele queria perceber, porque ele o julgava verdade de uma verdade por sua vez racional e empírica”.⁴⁴ De acordo com Truchet, “Para Bossuet tudo o que contém na Escritura é verdade (...) e uma verdade que vale sobre todos os planos. (...) para Bossuet, a Bíblia, fonte da verdade religiosa, é em outra, fonte de verdades incontestáveis em ciência, em história e em política”.⁴⁵

⁴¹ CHEVALLIER, op. cit., p. 383.

⁴² Cf. LE BRUN. In: BOSSUET, 1967, op. cit., p. 323.

⁴³ Cf. TRUCHET, op. cit., p. 15-16.

⁴⁴ LANSON, Gustave. *Bossuet*. Paris: 1890, p. 189.

⁴⁵ TRUCHET, op. cit., pp. 28-29.

É importante ter claro que apesar do título da *Politique* dar a impressão de que a tese da obra foi tirada da Sagrada Escritura, nesta obra, Bossuet não se deixou guiar por Ela. Pelo contrário, Bossuet compôs toda a tese da *Politique* e somente recorre à Escritura para fundamentá-la. Segundo afirmava La Broise a este respeito, “Esta *Politique* não é tão exclusivamente tomada da Escritura Santa como o título parece indicar. O plano, as teses principais, em uma palavra, todo o quadro da obra é arranjado pelo autor e não lhe é imposto pelos escritos sagrados. Há uma grande diferença entre a *Histoire universelle* e a *Politique*. Lá, Bossuet é conduzido e dominado pela Escritura; aqui, ele concebe seu assunto por ele mesmo e aplica a Escritura à expressão de suas próprias idéias”.⁴⁶ Contudo, conforme ressalta Truchet, não podemos exagerar: “A Bíblia pesa muito pesado sobre esta *Politique*”.⁴⁷

No ano em que concluiu os seis primeiros livros da *Politique*, na carta em que escreveu ao papa Clément XI, em 8 de março de 1679, Bossuet lhe dizia com muito entusiasmo que a Bíblia era o melhor lugar para se encontrar, entre outras coisas, as máximas sobre os governos e a melhor maneira de se empreender uma guerra.⁴⁸

Apesar de grande parte dos textos bíblicos serem citados por Bossuet em sua *Politique*, ele recorre particularmente ao Antigo Testamento, pois, ao contrário do Novo Testamento que oferece poucos textos, o Antigo Testamento oferece vários livros históricos e inúmeros preceitos relativos às instituições, ao governo, à justiça, à guerra, etc.⁴⁹ Na *Politique*, sobretudo no livro nono, Bossuet procura dar lições aos príncipes do século XVII, particularmente a Luís XIV, por meio de exemplos de episódios bíblicos. Ele traz as conseqüências dos atos dos reis da antiguidade para o presente, ignorando todo o tempo transcorrido e as mudanças que lhe são próprias; a evolução dos espíritos e dos costumes não é levada em conta por Bossuet.

Conforme percebe Truchet a este respeito, em toda a obra há “os inconvenientes de uma exegese muito literal e muito voltada para o Antigo Testamento”, mas é sobretudo no livro nono que isto é mais visível.⁵⁰ Bossuet “considera as particularidades da história judia e de instituições descritas no Antigo Testamento como tirando definitivamente a conseqüência, o que implica freqüentemente a

⁴⁶ LA BROISE, René. *Bossuet et la Bible*. Genève: Slatkine Reprints, 1971, p. 235.

⁴⁷ TRUCHET, op. cit., p. 28.

⁴⁸ Cf. BOSSUET, “Lettre au pape Clément XI”, 8 de março de 1679, apud LE BRUN, op. cit., p. XII.

⁴⁹ Cf. TRUCHET, op. cit., p. 29.

⁵⁰ *Idem*, p. 49.

⁵¹ *Idem*, p. 29.

afirmações de uma extrema acarrete”.⁵¹ Além da Bíblia, vimos que Bossuet também recorre ao padre da Igreja por quem nutria uma grande admiração, Santo Agostinho.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para melhor compreendermos o pensamento político de um autor, devemos atentar para a data em que a sua obra foi escrita, a quem ela se destina e quais as suas intencionalidades. Devemos considerar as idiossincrasias do autor, como também levar em conta que ele está interagindo com os problemas de seu tempo. Por meio de sua obra, ele procurava responder aos problemas que se apresentavam diante dele, buscando resolvê-los e quem sabe intervir em algo que, em seu entendimento, estava para acontecer. Precisamos levar em conta também que, muitas vezes, o tema eleito por nosso autor já foi objeto de reflexão de pensadores anteriores; sendo assim, ele pode estar de alguma forma dialogando com a tradição.

Luís XIV concebeu as suas Memórias na década de 1660, a primeira década de seu reinado pessoal, objetivando instruir o filho na difícil arte da política. As terríveis recordações da Fronda levaram-no a buscar aumentar e a celebrar a sua glória e poder em detrimento da nobreza. Por meio de Colbert, Luís XIV reviveu ou fundou inúmeras academias, reunindo nelas artistas e intelectuais para que estes utilizassem todo o seu poder criativo para exaltar a sua glória tanto na França como no estrangeiro.

As Memórias foram escritas na fase áurea do absolutismo francês, em que o poder de Luís XIV tinha aumentado consideravelmente em detrimento dos Habsburgos da Espanha e da Áustria. Não podemos nos esquecer também de que foi nesta época que Le Tellier e seu filho Louvois transformaram o insignificante exército francês no exército mais potente da Europa, para não dizer do mundo. As guerras de conquista de Luís XIV também podem ser entendidas como uma forma de reforçar as fronteiras da França para assim se prevenir de futuros ataques, particularmente do seu cunhado e grande inimigo, o Imperador Leopoldo I, o Habsburgo da Áustria.

Luís XIV se preocupava com a honra de sua família e, por isso, queria deixar ao seu sucessor um poder maior que o seu. No passado, a sua família teve laços de parentesco com importantíssimos reis de diversos lugares da Europa, o que explica o seu olhar mais amplo e a constante reivindicação de territórios europeus. Além disso, ale

compartilhava da crença arraigada na França de que os reis franceses eram os mais importantes do universo; portanto, não deviam se rebaixar a nenhum outro.

O livro nono da *Politique* foi concebido em 1701, após as inúmeras guerras de conquista de Luís XIV, a revogação do Editto de Nantes e a Guerra da Liga de Augsburgo, num período em que a política expansionista de Luís XIV vinha sendo muito criticada pelos inimigos estrangeiros assim como no interior do reino, em que os protestantes refugiados da França se uniram aos protestantes estrangeiros para minar o absolutismo de Luís XIV. A própria Guerra da Liga de Augsburgo foi uma consequência da união dos europeus contra ele. O livro nono da *Politique* foi redigido num momento entre guerras em que a França estava se refazendo economicamente e a questão da sucessão espanhola era o assunto do momento em toda a Europa.

Apesar de ter aceitado o testamento de Carlos II e de ter reconhecido o neto como Filipe V, rei da Espanha, contrariando a cláusula do testamento que estabelecia que o seu neto que assumisse o trono da Espanha teria de renunciar ao trono francês, para impedir a união dos dois reinos, Luís XIV anunciou oficialmente que Filipe V continuava a ser herdeiro do trono francês, o que deixou os governantes europeus profundamente indignados com a sua arrogância. Além disso, contrariando o tratado de paz de Ryswick, de 1697, os exércitos de Luís XIV tinham invadido os Países Baixos e prendido as tropas holandesas que estavam ocupando as praças da Barreira, para forçar a República Holandesa a reconhecer o seu neto como soberano dos Países Baixos espanhóis, ato este que irritou os Estados Gerais, ainda mais por que o Grande Rei se recusou a dar satisfação aos holandeses. Tudo isso poderia desencadear uma outra guerra da Europa contra a França e Bossuet tencionava impedi-la a qualquer preço.

O Bispo de Meaux tinha inúmeros motivos para criticar as guerras de conquista de Luís XIV. Ele não se preocupava apenas com os franceses, mas com a humanidade de uma forma geral. Certamente, Bossuet se sensibilizou com o sofrimento dos habitantes do Palatinado e de Heidelberg quando das devastações e incêndios aí feitos durante a Guerra da Liga de Augsburgo pelas tropas francesas, por ordem de Luís XIV. Essa guerra significou nove anos de extrema miséria para grande parte dos franceses. Além disso, as consequências da política belicosa de Luís XIV, como incêndios, pilhagens, devastações e miséria, foram profundamente criticadas tanto na França como no estrangeiro. Tais críticas eram prejudiciais à sua imagem de Rei Cristianíssimo e, pior que isto, ao absolutismo, haja vista que os críticos mostravam-

no como um regime arbitrário. Neste sentido, por ser o maior defensor do absolutismo francês no século XVII, Bossuet procurava defender a forma de governo que, em sua concepção, era a melhor forma de governo possível.

A Águia de Meaux procurou fazer isto por meio de lições de moral em Luís XIV, mostrando as desvantagens das guerras de conquista, aconselhando-o a não empreendê-las. Bossuet acreditava que, como ministros de Deus na Terra, os reis que não agissem de acordo com os preceitos de Deus atrairiam os Seus castigos não somente para eles, mas para todo o seu reino. Na mentalidade dos franceses do Ancien Régime, as catástrofes ocorridas na natureza eram entendidas como sendo o castigo de Deus pelos desvios dos reis e do seu povo.

Bossuet também se importava com a vida espiritual de Luís XIV. Em seu entendimento, se o monarca continuasse valorizando a glória e deixando de cultivar a humildade ele iria para o inferno, por isso Bossuet esforçava-se para mostrar-lhe o caminho da salvação, aconselhando-o a se afastar do amor à glória e cultivar a humildade, a virtude oposta a esse vício. Ao romper com o pensamento político ocidental, Maquiavel desprezou as virtudes religiosas, como a humildade. Sendo assim, ao chamar a atenção de Luís XIV de que esta é uma das maiores virtudes religiosas a serem cultivadas pelos príncipes cristãos, Bossuet está dando continuidade à tradição cristã e se afastando das idéias do autor florentino, isto é, do pensamento político moderno.

REFERÊNCIAS

FONTES

BOSSUET, Jacques-Bénigne. ***Politique tirée des propres paroles de l'Écriture Sainte***. Genève: Droz, 1967. (Edição crítica com introdução e notas de Jacques le Brun).

BOSSUET, Jacques-Bénigne. “Oraison funèbre de Louis de Bourbon, Prince de Condé”. In: ---. ***Oraisons funèbres***. Paris: Librairie de Firmin Didot Frère, Fils et Cie, 1874.

BOSSUET. “Lettre au maréchal de Bellefonds”. In: TRUCHET, Jacques (Org.). ***Politique de Bossuet***. Paris, Armand Colin, 1966.

LUÍS XIV. **Memórias**. A arte de governar. Lisboa: Iniciativas Editoriais, 1976.

LUÍS XIV. “Carta a M. de La Haye”. In: ---. **Memórias**. A arte de governar. Lisboa: Iniciativas Editoriais, 1976.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

- BERTRAND, Louis. **Louis XIV**. Paris: Arthème Fayard, 1950.
- BURKE, Peter. **A fabricação do rei: a construção da imagem pública de Luís XIV**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1994.
- CHARBONNEL, J.-Roger. (Org.). “Bossuet et son temps”. In: BOSSUET. **Oraisons funèbres et sermons**. Paris: Classiques Larousse, 1942.
- CHEVALLIER, Jean-Jacques. **História do pensamento político**. Tomo 1. Da cidade-Estado ao apogeu do Estado-nação monárquico. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1982.
- CORVISIER, André. **História moderna**. Rio de Janeiro: Difel, 1976.
- DUSSAULT. “Jugements sur Bossuet”. In: ---. **Oraisons funèbres de Bossuet**. Paris: Librairie de Firmin Didot Frère, 1874.
- GOUBERT, Pierre. **Louis XIV et vingt millions de français**. França: Pluried, 1970.
- GUÉRY, Alain. “Le roi est Dieu. Le roi et Dieu”. In: BULST, Neithard; DESCIMON, Robert; GUERREAU, Alain. (Orgs.). **L'État ou le Roi: Les fondations de la modernité monarchique en France (XIV-XVII siècles)**. Paris: Éditions de la Maison des Sciences de l'Homme, 1991.
- HATTON, Ragnhild. **A época de Luís XIV**. Lisboa: Editorial Verbo, 1971, (Col. História ilustrada da Europa).
- LA BROISE, René. **Bossuet et la Bible**. Genève: Slatkine Reprints, 1971.
- LANSON, Gustave. Bossuet. Paris: 1890.
- LE BRUN, Jacques. “Introduction”. In: BOSSUET, Jacques-Bénigne. **Politique tirée des propres paroles de l'Écriture Sainte**. Genève: Librairie Droz, 1967.
- MANDROU, Robert. **La France aux XVII et XVIII siècles**. Paris: Presses Universitaires de France, 1970.
- MOUSNIER, Roland. **Os séculos XVI e XVII**. São Paulo: Difel, 1973.
- TOUCHARD, Jean. **História das idéias políticas**. Lisboa: Publicações Europa-América, 1970 (Vol. 3).
- TRUCHET, Jacques (Org.). **Politique de Bossuet**. Paris: Armand Colin, 1966.
- VERLET, Pierre. “Louis XIV: l'oint du Seigneur”. In: ---. **Versailles**. Paris: Arthème Fayard, 1961. (Collection Les Grands Études Historiques).

Versão eletrônica disponível na internet:

www.unioeste.br/saber